

Segurança dos portos capixabas é prioridade

Terminais estão entre os 15 primeiros a receber as medidas antiterror

RITA BRIDI

Os portos do Espírito Santo estão incluídos entre os 15 portos brasileiros considerados prioritários pelo Governo federal para a implantação das medidas de segurança, de acordo com as exigências internacionais do ISPS Code, contra o terrorismo, que vigorarão a partir de julho próximo.

Os portos do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo respondem por 60% das exportações brasileiras. Em tonelagem, o Estado responde por 30% do volume total das exportações do país. Em valor, as exportações do Espírito Santo, representam 11% do Produto Interno Bruto (PIB).

No total, são 39 os portos que deverão se adequar às normas, mas a prioridade será para os portos considerados mais importantes para o comércio exterior. A informação é do secretário executivo da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), Ézio Ricardo Borghetti.

Ele participou, ontem, em Vitória, do seminário promovido pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), para debater a segurança nos portos. A gerente de Estudos da Secretaria de Transportes Aquaviários, Marta Fornari de Ary Pires, e o especialista portuário da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), César



Chico Guedes

Importância

Benfica da Silva, foram os outros palestrantes.

Desafio

Nos portos capixabas, segundo Borghetti, o trabalho está praticamente todo por fazer, assim como na maioria dos portos do país. Até o momento, há apenas 13 planos aprovados, de um total de 180. No período de 2 a 5 de março serão realizadas reuniões em Vitória para analisar os planos que estão em fase de elaboração.

O maior desafio é viabilizar os recursos para a implantação do programa. Não há levantamento indicando o custo total do programa. A CVRD, por exemplo, estima em R\$ 10 milhões o custo para as ações nos seus portos no Espírito Santo, Maranhão e Pará.

O Estado responde por 30% do volume total das exportações realizadas pelo país, em toneladas, e também por 11% do PIB brasileiro

Entenda o caso

MEDIDAS DE SEGURANÇA

BIOTERRORISM ACT - Lei dos Estados Unidos contra ações do bioterrorismo. Incide alimentos e medicamentos para consumo humano e animal. As empresas que exportam para os Estados Unidos deverão estar cadastradas até agosto deste ano. As exportadoras precisam também ter um agente nos Estados Unidos. O custo é de cerca de US\$ 500 por ano para cada empresa.

CSI - O Container Security Initiative é um acordo bilateral da alfândega americana com alfândegas de outros países, para inspeção de contêineres. Na primeira e segunda fases da implantação

do acordo, não está incluído nenhum porto da América Latina. Um dos equipamentos exigidos, o scanner para contêineres, tem custo médio de US\$ 5 milhões.

ISPS - O International Ship and Port Facility Security Code é o código internacional para a proteção de navios e instalações portuárias. Objetivos são: estabelecer estrutura internacional; fomentar cooperação entre governos, administrações portuárias e de navegação; debater ameaças à proteção; tomar medidas preventivas contra atos ilícitos; proteger navios e instalações portuárias. O programa deve estar implantado até julho deste ano.